


A Imprensa Militar, difusora de cultura intelectual e cultura política: sua criação e a Primeira Guerra Mundial

*The Military Press, Disseminator of Intellectual and Political Culture:
Its Creation and the First World War*

Wagner Alcides de Souza (<https://orcid.org/0009-0004-6227-7037>) 

<http://lattes.cnpq.br/2366415512028287>

Doutorando em História Política (PPGH), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

E-mail: wagner.alcides1969@gmail.com

Resumo: O presente estudo analisa a atuação da Imprensa Militar brasileira como veículo de difusão de cultura intelectual e política, com ênfase no contexto da Primeira Guerra Mundial. Remontando às carências técnicas observadas na Guerra da Tríplice Aliança, examina-se o processo de profissionalização da força terrestre que culminou na criação da Biblioteca do Exército e no fortalecimento do Estado-Maior. A pesquisa destaca a produção bibliográfica durante o conflito mundial, que refletem a transição da neutralidade diplomática para a análise técnica de combate in loco. Demonstra-se que, para além da instrução bélica, a Imprensa Militar instrumentalizou a produção de conhecimento para legitimar o Exército como uma vanguarda intelectual. Conclui-se que tais publicações visavam consolidar uma identidade corporativa coesa e afirmar a autoridade política da instituição militar como agente indispensável ao desenvolvimento e à defesa nacional diante das transformações da guerra moderna.

Palavras-chave: Imprensa Militar; Cultura Política; Primeira Guerra Mundial.

Abstract: The present study analyzes the role of the Brazilian Military Press as a vehicle for the dissemination of intellectual and political culture, with emphasis on the context of the First World War. Drawing on the technical shortcomings observed during the War of the Triple Alliance, it examines the process of professionalization of the land forces that culminated in the creation of the Army Library and the strengthening of the General Staff. The research highlights the bibliographic production during the global conflict, which reflects the transition from diplomatic neutrality to the technical analysis of combat in loco. It demonstrates that, beyond military instruction, the Military Press harnessed knowledge production to legitimize the Army as an intellectual vanguard. It concludes that such publications sought to consolidate a cohesive corporate identity and to affirm the political authority of the military institution as an indispensable agent for national development and defense in the face of the transformations brought about by modern warfare.

Keywords: Military Press; Political Culture; First World War.

Introdução

Devido ao assassinato do Príncipe Francisco Ferdinando, herdeiro do trono do império Austro-Húngaro e de sua esposa Sofia em junho de 1914 em Sarajevo, iniciou-se toda uma onda de movimentações diplomáticas que levaram a eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Com a ampliação do conflito foi posta em prática pelos exércitos envolvidos toda uma gama de procedimentos de caráter técnico profissional de uma magnitude nunca vista anteriormente.

Esse desenvolvimento do conhecimento técnico bélico se originou em virtude de mudanças sociais e econômicas que tendo se iniciado no século XVIII, influenciou diversos países na maneira de como pensar e desenvolver tropas que se coadunassem com essas grandes mudanças que então ocorriam.

No cenário brasileiro, com a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), em virtude dos óbices decorrentes do enfrentamento de um exército preparado, do desconhecimento do território paraguaio e da necessidade de aplicabilidade de técnicas que viessem a superar as dificuldades que surgiam iniciou-se no meio do Exército em combate, em especial entre os engenheiros (Izecksohn, 2002), críticas a maneira como o governo imperial conduzia o conflito.

Dois anos após o fim do conflito, em 1872, surge na Ajudância Geral² localizada no Quartel do Campo da Aclamação,³ por iniciativa dos seus próprios membros, uma biblioteca, a Biblioteca Militar com o intuito de ajudar no desenvolvimento dos trabalhos daquele órgão que tinha como uma das suas atribuições a instrução (Souza, 2022).

Essa biblioteca existia em 1881 quando, agora por iniciativa do governo imperial, por intermédio do então Ministro da Guerra, Franklin Dória, o Barão do Loreto, amigo pessoal de D. Pedro II, foi criada a Biblioteca do Exército, que ficou instalada no Quartel do Campo da Aclamação sendo de tal importância seu surgimento que contou com a presença da família imperial quando de sua inauguração (Souza, 2022), ocorrida em 4 de janeiro de 1882.⁴

² A Repartição do Ajudante-General Geral foi criada pelo decreto Nº 1881 de 31 de janeiro de 1857, quando o futuro Duque de Caxias era o Ministro e Secretário dos Negócios da Guerra, com as atribuições de ajudar o Ministro nos assuntos referentes à “conservação da uniformidade da disciplina, administração, instrução e movimento daquele pessoal de acordo com as ordens do referido ministro [sic]” (Brasil, 1857, p. 4).

³ Hoje Palácio Duque de Caxias, no centro da cidade do Rio de Janeiro.

⁴ A Biblioteca foi criada pelo Decreto Nº 8336 de 17 de dezembro de 1881, sendo essa a data considerada atualmente pelo Exército de surgimento da Unidade, contudo sua efetiva abertura se deu em 4 de janeiro de 1882, data que durante um período foi adotada para a celebração do aniversário da Biblioteca do Exército.

A Biblioteca do Exército vinha para ser, na perspectiva do governo imperial, o polo de difusão de conhecimento técnico profissional no Exército, e desse modo foi determinada por Franklin Dória, que ocupava naquela ocasião o cargo de Ministro interino dos Negócios Estrangeiros, a aquisição de livros pelas embaixadas brasileiras na Europa acerca de temas militares.

Essa perspectiva de ser a Biblioteca do Exército o principal espaço de difusão de conhecimento no Exército, levou o Barão do Loreto, se referindo a Biblioteca em um discurso na Câmara dos Deputados, como principal instituição da instrução militar: “Enfim, [a Biblioteca do Exército foi criada] como que para assentar sobre o vasto edifício da instrução militar a sua cupola [sic]” (Dória, 1882, p. 17).

Essa preocupação com a instrução dos militares vinha mesmo de antes da Guerra da Tríplice Aliança conforme demonstram as diversas mudanças curriculares ocorridas na Escola Militar (Trevisan, 2011), tendo ficado mais clara a necessidade de uma maior aplicabilidade e conhecimento técnico quando do conflito contra o Paraguai.

Tal necessidade de se ter um órgão que refletisse nessa particularidade, de ser um local de se pensar o Exército, em especial no que tange o desenvolvimento técnico, foi exposta quando da criação *pari passu* da Revista do Exército Brasileiro, que foi editada também no início de 1882, por iniciativa de militares que viam essa necessidade e que explicam, no seu primeiro editorial, a razão de ser de sua publicação dessa forma

A Revista do Exercito Brasileiro vem preencher, bem ou mal, uma lacuna [no Exército] bastante sensível - a falta de um órgão que sirva, ao mesmo tempo, de transmissor das ideias e de laço de união entre os membros do Exercito. (Revista do Exercito Brasileiro, 1882, p. 5).

Tal avaliação se coadunava, portanto, com o pensamento do ministro Franklin Dória com a criação da Biblioteca do Exército, e que via dessa forma, a Revista do Exército como um complemento da Biblioteca do Exército, conforme explicitado no editorial da Revista do Exército,⁵ sendo assim uma ação conjunta em prol do desenvolvimento profissional do Exército (Souza, 2022).

⁵ No editorial da *Revista do Exercito Brasileiro* em seu segundo número de 1883, em que, mesmo contendo elogios, demonstra um tom de mágoa ao reportar a saída de Franklin Dória do Ministério da Guerra: “E muito esperávamos do ministro que nos declarara ser a Revista um como complemento da Bibliotheca Militar que estava creando, e que provocara no exercito uma phase nova e salutar consignada pela publicação de vários trabalhos militares, entre os quaes figura modestamente a Revista do Exercito; muito ainda esperávamos de S. Ex. quando deixou o poder com

A necessidade de se ter um espaço de difusão de ideias e para desenvolver um pensamento que levasse a uma prática comum no Exército decorria da circunstância de haver no âmbito da força dois contextos que influenciavam o conhecimento profissional militar.

O primeiro em virtude das diferenças oriundas da própria Escola Militar, entre os de formação mais prática conhecidos como tarimbeiros,⁶ e os que possuíam um conhecimento voltado para a técnica, os científicos, sendo os primeiros normalmente oriundos das armas de infantaria e de cavalaria e os científicos mais ligados a engenharia e a artilharia, não sendo, contudo, essa divisão uma regra em si (Alves, 2002).

Essa divisão ocorria também em outros países, sendo que na França tal separação se dava por haver duas escolas de formação diferentes, Saint Cyr e a Politécnica (Goya, 2018).

Somado a isso havia também a circunstância do pensamento positivista que, principalmente por influência de Benjamin Constant (Castro, 1995), levava os alunos da Escola Militar a ter interesse a temas ligados a essa escola filosófica, assim como também ocorria a leitura de poemas e romances que não se coadunavam com assuntos ligados ao meio militar propriamente dito (Peregrino, 1967), mas os inseriam em uma perspectiva letrada mais próxima da que havia na sociedade imperial do Rio de Janeiro de então.

Esse cenário de uma busca por militares mais bem preparados profissionalmente e coadunados com a realidade técnica que se apresentava era motivado, como já apresentamos, por duas circunstâncias que movimentavam o cenário militar, o primeiro o da Revolução Industrial que modificou o campo militar ao gerar uma maior produção bélica. Transformando por consequência, os procedimentos e a forma de guerra a partir de então (Castro; Bittencourt, 1991). Outra circunstância se deu no campo da política, com a Revolução Francesa que alterou a relação social da guerra, pois diferente das guerras anteriores, surgiu a perspectiva do emprego do povo em armas, levando a existência de participação de efetivos bem superiores aos que eram utilizados até então no campo de batalha (Knox, 2022).

o ministério de que fazia parte em 21 de janeiro de 1882. Prestada esta justa homenagem ao ilustrado cidadão, que hoje, se acha afastado da administração militar, prossigamos [sic]” (1883, p. 1).

⁶ McCann apresenta que eram conhecidos como tarimbeiros os que “tinham saído das fileiras sem haver cursado a escola militar” e que o termo “referia-se a tarimba, a cama do soldado, de madeira dura, comum nos antigos fortes e quartéis” (1982, p.114). Já Castro apresenta a seguinte explicação para o termo: “Este termo depreciativo vem de ‘tarimba’, estrado de madeira onde dormiam os soldados nos quartéis e designava oficiais ligados à tropa, geralmente sem estudos superiores” (1995, p. 17).

Essas transformações levaram a análises de como proceder diante dessa nova forma de guerra, sendo que dentre as obras que se debruçaram sobre o tema, se destaca a de Carl von Clausewitz, oficial prussiano que combateu as tropas napoleônicas (Strachan, 2008).

Sua obra, *Da Guerra*, publicada após sua morte por ação de sua esposa, demonstra a sua percepção da transformação que sofria o fenômeno guerra e como esses novos fatores, tecnológicos e sociais, geraram mudanças indelévels nas formas de combate e de razão de ser dos mesmos (Holborn, 2001).

Uma maneira de se superar essa novidade na forma de guerrear gerou uma ação na Prússia, em especial por intermédio do General Moltke, que grande admirador de Clausewitz, o levou a proceder uma mudança no Estado-Maior do Exército prussiano, transformando-o em um espaço de pensamento (*Bildung*)⁷ sobre a guerra, tendo uma preocupação de se ter em sua estrutura militares com grande capacidade intelectual, que redundasse em uma análise científica dos procedimentos militares, buscando a maior eficiência dos mesmos (Knox, 2022).

A maneira de proceder do exército alemão passa a ser modelo para os demais, em especial após a grande vitória prussiana na guerra Franco-Prussiana de 1870 que redundou no fim do Segundo Império francês e da Unificação Alemã com o surgimento do Segundo Reich.

Como paradigma, temos particularmente a França, que mesmo derrotada, passou a incentivar o estudo dos procedimentos alemães, tendo havido uma busca por autores germânicos, em especial por Clausewitz, que passou a ser traduzido para diversos idiomas (Souza, 2023).

Dessa forma os militares franceses se voltaram para a leitura dos textos produzidos pelo Estado-Maior da Alemanha, que publicados por meio de editoras alemãs, ajudavam a divulgar o conhecimento profissional militar por ele produzido (Goya, 2018). A França passa então a igualmente produzir textos ligados a temas militares incentivando a publicação de artigos em revistas como a do Estado-Maior a *Revue Militaire des Armées Étrangères*, editada desde 1872. Posteriormente outros periódicos surgiram em diversos órgãos do Exército francês.

⁷ Vemos aqui a aplicação do conceito de *Bildung* no sentido apresentado por Norbert Elias de formação intelectual do indivíduo (Elias, 1994, p. 43). Visto que Knox se refere a essa formulação do Estado-Maior prussiano como *Bildung*, em resposta a Revolução Francesa e em especial a Napoleão Bonaparte. “Os reformadores militares apresentaram duas respostas revolucionárias a Napoleão: os combatentes inteligentes que só o serviço militar universal poderia oferecer e um oficialato racional associado a um sistema de estado-maior aguçado pela *Bildung* – o estudo profissional sistemático e o cultivo da habilidade no processo decisório” (Knox, 2022, p. 105-6).

Esse procedimento se manteve no século XX com obras de temas militares publicadas por editoras como “Chapelot ou Berger-Levrault, que (...) editaram numerosos livros de autoria de oficiais” (Goya, 2018, p. 34). Assim como outras editoras civis que, segundo Goya, também se interessavam por esse assunto.

Dessa forma, a difusão de obras de temática profissional militar não eram novidade sendo, portanto, uma maneira de desenvolver um pensamento sobre procedimentos ligados ao campo bélico.

Seção 2

O mesmo aconteceu no Brasil, quando após a Proclamação da República, o meio administrativo militar sofreu uma transformação com o surgimento do Estado-Maior, criado em 1896, mas que só foi efetivado em 1899 (Brasil, 1896).

Na sua lei de criação estava prevista a determinação de ser formulador e difusor de saber (Esteves, 1996, p. 24), com a obrigação da produção de uma revista como transmissora de conhecimento técnico e intelectual, assumindo assim, a função defendida e exercida pela antiga Revista do Exército Brasileiro de 1882, sendo dessa vez, uma ação do próprio Exército, e não uma iniciativa oriunda por parte de seus integrantes, como ocorreu sete anos antes.

Assim surgiu em 1899 a Revista Militar que, editada pela Imprensa Nacional, foi o polo de difusão do conhecimento técnico na temática bélica. Essa circunstância de se ter obras militares produzidas por um órgão civil vai sofrer uma mudança em 1907, quando do surgimento da Imprensa Militar, que tendo inicialmente ficado subordinado ao Departamento Central, passa em 1912, para a autoridade do Estado-Maior do Exército.

Com atribuições de produção gráfica administrativa, produzindo material burocrático para o Exército, a Imprensa Militar passa a ser também uma maneira de se produzir temas militares independente da presença de um órgão civil, visto que apesar de suas edições ocorrerem sob estrita determinação do Chefe do Estado-Maior do Exército, conforme preconizava o Regulamento de criação do Estado-Maior do Exército (Brasil, 1899), havia uma ingerência técnica civil para a sua edição, com a retirada da Imprensa Nacional, ocorre portanto, uma maior autonomia na elaboração das publicações por parte do Estado-Maior.

Nesse sentido surgem livros, inicialmente publicados pela Imprensa Nacional e em especial por parte da Imprensa Militar, que em virtude do interesse do Estado-Maior, passam a ser produzidos com o objetivo de divulgar um conhecimento específico de temas militares, tanto técnicos (manuais e regulamentos) como historiográficos, almejando um maior conhecimento por parte dos integrantes do Exército, assim como a de se apresentar como formulador de um saber mais amplo objetivando influenciar a sociedade em geral e mais especificamente a esfera de decisão política.

Isso fica claro no artigo do então capitão Tasso Fragoso, que quando do primeiro número da Revista Militar, ao tratar do Serviço Geográfico do Brasil, indica que esse serviço deveria, como ocorria na Europa, ficar “diretamente subordinado ao grande Estado-Maior [como na] (França, Alemanha, Austria, Italia [sic]” (1889, p. 20), pois essa função se apresentava vital para o desenvolvimento do país e de sua defesa.

A mesma percepção ocorre no prefácio do livro de J.S. Torres Homem que publicado ainda pela Imprensa Nacional, foi realizado por ação do Estado-Maior do Exército, e que indica a importância do mesmo de “inquirir do passado as lições da História e Arte Militar, que possam guiar nosso país em suas relações exteriores” (1911, p. IX) e “habilitar os nossos governos e generaesa corrigir os antigos erros da diplomacia”. E que as antigas vitórias não podem “justificar (...) a indiferença pelas cousas da guerra [sic]” (Homem, 1911, p. IX).

Temos, portanto, um indicativo da percepção do Estado-Maior de como se aplicaria o estudo da história militar, tanto como fator de ensino profissional assim como de fator de influência nas esferas governamentais e diplomáticas, se utilizando da produção de livros, (no caso ainda sob a égide da Imprensa Nacional), como meio de se apresentar como instituição capacitada para gerir questões além da esfera militar.

Com o advento da Primeira Guerra Mundial temos em especial a produção de artigos que tratam do conflito que foram publicados no Boletim Mensal do Estado-Maior, a nova nomenclatura da revista após um interregno de três anos, entre 1908 e 1911, em que não foi editada.

O Boletim mantinha a função da sua antecessora, a Revista Militar, ou seja, o de “divulgar entre os oficiais do exército informações militares de toda a sorte e principalmente consolidar entre o corpo de oficiais o espírito das doutrinas militares adotadas pelo Estado Maior” (Santos, 1960, p. 295), conforme constava nas instruções da revista.

Dessa forma após o início do conflito na Europa, a Primeira Guerra, passa a ser o tema principal da revista e, após 1917 quando o Brasil declara guerra à Alemanha, “de [assunto de] modo quase absoluto” (Santos, 1960, p. 296).

Na questão da edição de livros temos duas publicações da Imprensa Militar sobre o tema. O primeiro é o *Chronologia da Guerra Europea* [sic], que editado em 1915 trazia em seu texto a marcha da evolução dos acontecimentos, tendo se debruçado, pela ação diplomática dos países diretamente envolvidos ocorridos após o assassinato de Francisco Ferdinando, da movimentação de tropas, da eclosão do conflito e dos combates ocorridos.

Essa publicação foi realizada pela quarta seção do Estado-Maior do Exército, que como determinava o regulamento do Estado-Maior do Exército, era a seção responsável naquele momento pela: “I. Historia militar do Brazil; guerras na America; estudo das campanhas modernas em geral. II. Catalogação de documentos que interessem a historia militar do paiz [sic]” (Brasil, 1912).

Tendo à frente da seção o então Tenente-Coronel Lobo Vianna essa obra se coaduna com a missão prevista no regulamento do Estado-Maior para a quarta seção do EME de se atentar ao estudo dos conflitos modernos, sendo assim a publicação se volta para apresentar os primórdios do conflito que então se iniciava.

A obra se debruça nos acontecimentos factuais, apresentando a sucessão de eventos que levaram a decorrência da Guerra dentro do que, como consta no prefácio, daquilo que o autor considerava “factos sobre os quaes não pairavam dúvidas [sic]”⁸ (Vianna, 1915, p. 1).

Trata-se, portanto, de um livro que apresenta o Estado-Maior como local de análise do conflito e que, por estar voltado por motivos profissionais ao tema guerra, se apresenta como lugar de análise cuidadosa dos acontecimentos, se atentando a evitar qualquer opinião sobre o conflito.

Isso se apresenta claramente na conclusão da mesma quando o autor (Lobo Vianna) tem uma grande preocupação de evitar emitir qualquer opinião sobre as causas que levaram ao início da Guerra por “razões de ordem superior e entre outras a nossa posição de paiz neutro ante o conflicto que se desdobra [sic]” (Vianna, 1915, p. 324).

⁸ Consideramos como autor da obra Lobo Vianna, visto ele ser o chefe da quarta seção do Estado-Maior à época de sua edição.

Desse modo a publicação por meio da Imprensa Militar, indicaria uma clara chancela oficial da posição do país, sendo assim um impeditivo para demonstração de qualquer ponto de vista sobre o conflito, apresentando a Imprensa Militar como espaço oficial de edição tanto na esfera política quanto de importância na divulgação de temas ligados a perspectiva de estudo de história militar.

Vianna explica que sua obra estava voltada para um público de “elevado critério, despido de paixões e escudado apenas na verdade dos factos” (Vianna, 1915, p. 325) e que por estar esse leitor provido de tais predicados, estaria apto a compreender de imediato as causas que levaram ao conflito.

Contudo ao final do seu livro acaba por apresentar as argumentações de um autor francês, Gustave Le Bon,⁹ e seu livro *Enseignements psychologiques de la guerre européenne*¹⁰ para explicar as origens da Guerra, indicando, portanto, que via a Alemanha como responsável pelo conflito e que o mesmo também se deu, concordando com Le Bon, em decorrência da falta de “clarividência e sagacidade dos governos e da onipotência dos Chefes de Estado” (Vianna, 1915, p. 327).

Porém termina a obra apresentando-se novamente como possuidor de absoluta neutralidade, e que agora (1915), só restava acompanhar o conflito e que os combates decorridos no campo de batalha “honram os vencidos com aos vencedores” (Vianna, 1915, p. 328).

⁹ A Universidade de Évora apresenta a seguinte informação: Gustave Le Bon (7 de maio de 1841 - 13 de dezembro de 1931) foi um psicólogo social, sociólogo e físico amador francês. Foi o autor de várias obras nas quais expôs teorias de características nacionais, superioridade racial, comportamento de manada e psicologia de massas. Sua obra sobre psicologia de massas tornou-se importante na primeira metade do século XX, quando foi usada por pesquisadores da mídia tais como Hadley Cantril e Blumer, para descrever as reações de grupos subordinados à mídia. Também contribuiu para debates continuados sobre a natureza da matéria e energia. Seu livro *A Evolução da Matéria* tornou-se muito popular na França (chegando a doze edições), e embora algumas de suas ideias - notadamente a de que toda a matéria era inerentemente instável e estava constante e lentamente transformando-se em éter - tenham sido levados em conta favoravelmente por físicos da época (incluindo Henri Poincaré), sua formulação específica não teve a mesma consideração. Em 1896, informou que havia observado um novo tipo de radiação, a qual denominou “luz negra” (não é a mesma coisa hoje denominada luz negra), embora posteriormente tenha sido descoberto que a mesma não existia. As ideias de Le Bon exerceram notável influência sobre o escritor brasileiro Monteiro Lobato, cujo único romance, *O Presidente Negro* (publicado em 1927), aborda a questão da sobrevivência futura da raça branca (e o que ela teria de fazer, na visão de Lobato, para não se extinguir). Outro autor de destaque que discutiu suas ideias foi Sigmund Freud (1856-1939) no seu livro *Psicologia de Grupo e a Análise do Ego* publicado originalmente em Leipzig, Viena e Zurique, 1921. Disponível em: <http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/arquivo/?p=creators/creator&id=282>. Acesso em: 21 mar. 2025.

¹⁰ Esse livro foi editado pela primeira vez em Paris no ano de 1915 por Ernest Flammarion, tendo ocorrido outras edições nos anos subsequentes, a primeira edição encontra-se disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k24499b.texteImage>. Acesso em: 21 mar. 2025.

Essa preocupação com a neutralidade apresentada por Lobo Vianna já não está presente na segunda obra da Imprensa Militar sobre o conflito, pois em decorrência do torpedeamento de navios brasileiros por parte de submarinos alemães, o Brasil declarou guerra à Alemanha em 26 de outubro de 1917 com o subsequente envio da Divisão Naval em Operações de Guerra – DNOG, e a participação de uma Missão Médica na França (Vinhosa, 2015).

Assim, nos deparamos com a segunda obra editada em 1918 pela Imprensa Militar, *Ensinamentos da Guerra Européa*, de autoria do Tenente-Coronel Fleury de Barros, adido militar em Paris durante a guerra.

Essa obra dedicada ao Ministro das Relações exteriores, Nilo Peçanha está dividida em duas partes, a primeira se atenta para as características da guerra moderna e suas consequências no campo de batalha e a segunda parte se volta para a técnica de tiro.

O livro tem uma característica de documento oficial, apresentando uma perspectiva de análise de como ocorreu o conflito e indicando as técnicas adotadas com a utilização dos modernos armamentos disponíveis e de como se davam os combates no campo de batalha.

Porém mesmo com essa característica oficial, que teoricamente poderia diminuir o valor da obra, tem em contrapartida o valor de se tratar de um raro relato de um militar brasileiro que esteve presente na frente ocidental, conversando com os combatentes franceses e observado ações militares, tendo datado alguns capítulos, iniciando seu relato em setembro de 1914 e apresentando a última data em abril de 1917.

Na primeira parte que, como vimos, o autor vai se debruçar sobre a técnica da guerra moderna ele a subdivide em capítulos em que ele analisa os primórdios do conflito, esses capítulos estão divididos da seguinte forma: *Em caminho da vitória*, que trata do início da Guerra e faz referência a Guerra Franco-Prussiana de 1870 / *Impressões do front*, onde faz um relato de sua experiência de quando uma ida ao fronte ocidental na região de Argonne / *A energia potencial dos “fronts” francez e alemão*, quando faz nova análise do fronte ocidental e da situação dos exércitos francês e alemão / *1812 – 1915*, o autor se volta para a situação que se encontrava a frente russa.

No capítulo subsequente, intitulado *Ensinamentos tácticos*, no qual se debruça sobre os ensinamentos tácticos do exército francês e seu uso pelo exército russo / *Commentarios sobre a guerra*, onde faz nova observação do fronte ocidental em novembro de 1914 / *O canhão de*

campanha francez, ele analisa o canhão francês apresentando detalhes técnicos do mesmo, tendo feito esse texto em outubro de 1914 / *Ensinamentos técnicos*, quando apresenta a situação das antigas praças fortes e fortalezas tanto no fronte ocidental quanto no da frente russa.

Oficial de Cavalaria, Barros trata da atuação de sua arma no capítulo a seguir, *Importância da cavalaria* tratando do uso da cavalaria em campo de batalha, / *A cavallaria na guerra europêa*, onde apresenta como se dá a utilização da cavalaria em decorrência da realidade apresentada pelo conflito que se apresentava citando a existência de diversas publicações existentes que tratavam do tema (Barros, 1918, p. 158) e que indicavam sua aplicabilidade maciça na guerra, mas que o mesmo não ocorreu, debatendo ainda o uso da cavalaria na frente oriental por parte dos combates entre alemães e russos, indicando ainda que o uso dos aviões (aeroplanos) substituiriam a cavalaria como arma de reconhecimento das tropas inimigas, e traz ainda uma carta do major Audibert, professor emérito da Escola de Saumur que lhe escreveu tratando do conflito e do uso da cavalaria.

No capítulo subsequente, *Difficuldades da ofensiva*, ele trata da complexidade que apresentava devido, entre outras questões, a do problema de arremeter contra o inimigo inesperadamente, devido as práticas de preparação do ataque que já indicava ao adversário o assalto e que o equilíbrio apresentado demonstrava as dificuldades que se apresentavam tendo escrito sobre essa situação em abril de 1917.

Em seguida em *Physionomia da guerra de trincheiras*, demonstra a necessidade das trincheiras e como ocorre o combate em virtude dessa realidade, / *Munições de guerra*, onde trata da questão da munição utilizada no conflito e demonstra da importância de se estar preparado para a guerra, criticando os pacifistas e elogiando Floriano Peixoto “o prototipo dos patriotas brasileiros [sic]” (Barros, 1918, p. 225) por sua eterna desconfiança, / *De volta da linha de frente* apresenta uma entrevista do autor para o jornalista Raul Montrel do *Petit Parisien*, quando da visita de diversos adidos militares ao fronte ocidental quando discorre de como fora a visita e de sua impressão da situação militar não informando quando transcorreu essa entrevista.

Finaliza a primeira parte com o capítulo, *Ultimas impressões*, quando apresenta uma rápida perspectiva da situação que se encontrava a guerra e que acreditava que com a entrada dos Estados Unidos no conflito seria rompido o equilíbrio em favor dos aliados.

Na segunda parte do livro, *Técnica de campo de batalha* o autor demonstra em como se dava a técnica militar apresentando croquis de trincheiras, se preocupando em indicar como as mesmas eram feitas, assim como ocorria o uso da artilharia com desenhos das trajetórias que decorriam dos tiros realizados pelos canhões de campanha.

Portanto esse livro foi elaborado pelo adido militar brasileiro na França com o intuito de apresentar ao Exército brasileiro sua perspectiva do conflito e de como essa nova realidade da guerra deveria ser levada em consideração para o posterior desenvolvimento do Exército, sendo como já indicado, uma das raras obras de um militar brasileiro que esteve na linha de frente ocidental.¹¹

Em ambas as obras publicadas pela Imprensa Militar seus autores citam o historiador francês Gustave Le Bon demonstrando a influência do seu pensamento dentre os militares brasileiros.

A percepção do conflito em Barros, que por ser Adido Militar, e testemunha do mesmo, passa por dois pontos no seu texto, o primeiro de sua admiração pela França que percebia como país agredido pela Alemanha, e em segundo por sua posição de ver a França como centro civilizatório.

Essa visão se apresenta, quando trata da perspectiva do direito da França de uma revanche da derrota de 1870 e de recuperação dos territórios perdidos naquele conflito, assim como de, assim como Lobo Vianna, se basear na perspectiva historiográfica de Gustave Le Bon, para explicar a lógica do conflito.

Assim o Exército por intermédio da Imprensa Militar produziu duas obras que tratavam do conflito quando em andamento, uma ainda no período de neutralidade e a outra após a declaração de guerra à Alemanha em 1917, demonstrando a busca de atualização sobre o assunto e indicando a posição da Imprensa Militar como espaço de difusão de um pensar sobre temas bélicos.

¹¹ Há pelo menos mais duas obras de militares brasileiros que relataram suas experiências além do livro de Arthur Fleury de Barros, a de José Pessoa Cavalcanti Albuquerque, *Os tanks na Guerra Européa*. Rio de Janeiro: Albuquerque & Neves, 1921, e a obra de Manoel Correa do Lago que publicou *Notícia da Guerra Mundial (1914-1918 Front-Belga)*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillio, 1920. José Pessoa foi membro da comissão de estudos de operações e de aquisição de material na França que chefiada pelo general Napoleão Felipe Aché ficou conhecida como Missão Aché (Lemos, 2023, p. 18), e combateu na França. Posteriormente, comandou a Escola Militar do Realengo, promovendo diversas inovações, na Escola, entre elas a do título de Cadete para os alunos da Academia. (Castro, 2002, p.42). Lago foi membro da Comissão de Compras de Material Bélico na Europa (1907-1909) e bem provavelmente esteve na Alemanha nesse período (Lemos, 2023, p. 13), sua obra é fruto do fato de ter exercido a função de Adido Militar do Brasil na Bélgica durante a Primeira Guerra.

Posteriormente, outras obras foram editadas pela Imprensa do Exército tratando de aspectos da Primeira Guerra Mundial, porém tais edições foram realizadas já no contexto da Missão Militar Francesa e, em alguns casos, editadas em francês, portanto eram obras que mesmo que tendo sido realizadas por militares que estiveram na linha de frente não se tratavam de uma perspectiva de oficiais brasileiros, mas de franceses que aqui se encontravam como instrutores da Missão Militar.

Considerações Finais

Portanto temos, com relação a primeira guerra mundial, uma indicação de como as publicações militares oriundas da Imprensa Militar apresentam uma perspectiva de primazia dos militares no que tange os assuntos da área militar devido os aspectos de serem uma temática profissional ao qual estavam diretamente ligados, somado a posição de testemunhas dos acontecimentos o que aumentava a posição de legítimos atores em temas bélicos.

Dessa forma, ambos os livros trazem também uma lógica de apresentar o Estado-Maior do Exército como órgão produtor de conhecimento (*Bildung*), e principal formulador de uma cultura militar que espelhava uma cultura política que se desenvolvia, e nesse sentido, externava por meio das por meio da Imprensa Militar, sua posição de principal interlocutor para, junto do meio civil, ser influenciador de uma política que favorecesse ao Exército como polo de desenvolvimento e progresso do país.

Nesse sentido essa preocupação com a concepção de uma cultura própria do meio militar, se encaixa na perspectiva apresentada por Rodrigo Patto Sá Motta de que

Cultura, então, seria o conjunto complexo constituído pela linguagem, comportamento, valores, crenças, representações e tradições partilhados por determinado grupo humano e que lhe conferem uma identidade (Motta, 1996, p. 93).

Portanto temos por parte do Estado-Maior do Exército, por intermédio da Imprensa Militar a ele subordinada, uma intenção de criação de uma identidade que, conforme Motta, caracteriza-se como “tendo como objeto fenômenos políticos” (Motta, 1996, p. 95), e assim dar a instituição militar uma posição de valor técnico profissional e moral para obter uma perspectiva de influenciador válido no debate político.

Nesse sentido, essa produção de obras se coaduna com a elaboração de uma ideia de criação de uma coesão profissional tanto no que concerne um conhecimento técnico, como na formulação de um comportamento próprio que caracterizariam o ser militar, cristalizado no sentido das

obras citadas, em uma perspectiva historiográfica que redundariam em uma identidade militar a ser inserida e valorizada nessa cultura própria do grupo.

Assim como preconiza Bernstein, a cultura política reforça a identidade desse grupo militar no qual os indivíduos que dela fazem parte, “entram em simbiose filosófica e doutrinal” no qual a história, surge como “uma leitura comum e normativa” da qual são elaboradas uma linguagem e simbolismo próprio e da qual emerge uma percepção de

[...] uma concepção da sociedade ideal tal qual veem os detentores dessa cultura e, para exprimir o todo, um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas são portadoras de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham, ao nível do gesto e da representação visual, o mesmo significante (Berstein, 1998, p.351).

Essa linguagem que vai emergir dos textos oriundos da Imprensa Militar, tanto na revista quanto nos livros expressam uma estratégia de impor em primeiro lugar ao seu grupo (militar) e posteriormente aos demais (civis), uma autoridade técnica e profissional que “legitime um processo reformador (...) num campo de concorrência e de competições” (Chartier, 2002, p. 17).

Essa competição se dava nos aspectos intelectual, onde esse grupo de militares do Estado-Maior do Exército se apresentava como espaço de pensamento de um projeto de nação, e de fator de desenvolvimento econômico visto apresentar as necessidades de um Exército que para se consubstanciar em uma força militar moderna e apta para defesa da nacionalidade, deveria ser o fator mais importante de investimentos por parte do Estado, para ficar em grau de igualdade com as demais nações “civilizadas” que possuíam exércitos extremamente bem preparados, sendo esse fator um símbolo efetivo de modernidade, oriunda dos avanços tecnológicos que a evolução dos armamentos demonstravam e que se faziam presentes nos manuais e procedimentos que eram demonstrados nos manuais provenientes da Imprensa Militar.

Assim percebemos que as publicações oriundas do Estado-Maior do Exército lhe permitiam uma dupla legitimação, tanto nas disputas dentro da instituição militar, como órgão formulador de ideias, como também lhe permitia ser o efetivo indutor de procedimentos e práticas profissionais, dando-lhe um papel de destaque nas esferas¹² interna e externa (Bourdier, 2007, p. 190-1).

¹² Frank McCann informa que existia: “tensão entre o Chefê do Estado-Maior e o ministro da Guerra (...) [pois havia] a questão de quem comandava o Exército na paz e na guerra, e assim os limites da autoridade mantinham-se indefinidos” (McCann, 2009, p. 304).

Nesse sentido, o campo literário se estabelece como centro de disputas entre uma vanguarda que deseja se impor, por intermédio de seus textos e obras, a outra que está estabelecida (Bourdieu, 2004, p. 172).

Portanto tais pensadores se posicionam como intelectuais inseridos na instituição militar com o propósito de se apresentar, por meio das revistas e posteriormente nas obras historiográficas e técnicas, como legítimos pensadores que por sua especialização tem uma posição que privilegia “sua intervenção no debate (...) que o intelectual defende” (Sirinelli, 2003, p. 243).

Dessa forma as publicações militares se coadunavam com um triplo movimento, o primeiro de ser um local de desenvolvimento de um saber que redundaria na melhoria profissional do Exército, consolidando uma cultura profissional militar que serviria de integração e de identificação de seus integrantes com o *ethos* militar.

O segundo na consolidação de sua posição como polo intelectual e, por meio dele, da inserção do Brasil como país civilizado, em igualdade com as nações, em especial as da Europa que valorizavam seus exércitos e por isso estavam mais avançados tecnologicamente.

E o terceiro por meio dessa intelectualidade militar que saberia apresentar os fatores de desenvolvimento a serem atingidos para se possuir um Exército preparado e respeitado no cenário nacional e internacional ao promover uma política de desenvolvimento técnico que traria um ganho civilizacional.

A perspectiva da importância que os exércitos possuem, no que tange à política nacional, foi explicitada por Arthur Oscar Fleury de Barros que, sem indicar a fonte citada, inseriu a seguinte epígrafe na folha de rosto do livro: “A força militar é a *synthese*, é a expressão máxima das energias políticas de uma nacionalidade [sic]” (Barros, 1918), indicando, portanto, que obrigatoriamente as grandes questões nacionais deveriam passar pelo crivo das forças armadas.

Referências

Alves, Cláudia Maria Costa. **Cultura e Política no Século XIX: o exército como campo de constituição de sujeitos políticos no império**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

Barros, Arthur Oscar Fleury de. **Ensinaamentos da Guerra Européa: as características da tactica moderna e suas conseqüências (cartas militares) – technica do campo de batalha**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1918.

Bernstein, Serge. A cultura política. In: Rioux, Jean-Pierre; Sirinelli, Jean François (org). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. pp. 349-63.

Bourdieu, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Bourdieu, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

Brasil. Ministério da Guerra. **Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1857.

Brasil. Ministério da Guerra. **Lei Nº 403, de 24 de outubro. Lei de criação do Estado Maior do Exército**, 1896. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-403-24-outubro-1896-540216-publicacaooriginal-40179-pl.html>. Acesso em: 11 mar. 2025.

Brasil. Ministério da Guerra. **Decreto Nº 3.189, de 6 de janeiro**, 1899. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3189-6-janeiro-1899-516885-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 21 fev. 2025.

Brasil. Ministério da Guerra. **Decreto Nº 9.338 de 17 de janeiro de 1912, que altera o Regulamento do Estado-Maior do Exército**, 1912 Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/416053/publicacao/15625399>. Acesso em: 21 fev. 2025.

Castro, Adler Homero Fonseca de Castro; Bittencourt, José Neves. **Armas: ferramentas da paz e da guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991.

Castro, Celso. **Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

Castro, Celso. **A Invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

Chartier, Roger. **A História Cultural entre Práticas e Representações**. Lisboa: Difel, 2002.

Dória, Franklin Américo de Menezes. **Discursos sobre os Negócios do Ministerio da Guerra Pronunciados na Camara dos Deputados de 1882**. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger& Filhos, 1882.

Elias, Norbert. **O Processo Civilizador, volume 1: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

Esteves, Diniz. **Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército**. Brasília: Edição do Estado-Maior do Exército, 1996.

Fragoso, Augusto Tasso. ‘Serviço Geográfico no Brazil’. In: **Revista Militar Brasileira Ano I, Número 1**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899, p. 20.

Goya, Michel. **A Invenção da Guerra Moderna (1871-1918)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2018.

Holborn, Hajo. ‘A Escola Germano-Prussiana: Moltke e a ascensão do Estado-Maior’. In: Paret, Peter (org.). **Construtores da Estratégia Moderna: de Maquiavel à era nuclear, tomo 1**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

Homem, J.S. Torres. **Annaes das Guerras do Brazil com os Estados do Prata e Paraguay**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911.

Izecksohn, Vitor. **O Cerne da Discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército**. Rio de Janeiro: E-Pappers, 2002.

Knox, MacGregor. ‘Política das massas e nacionalismo como revolução militar: a Revolução Francesa e subsequência’. In: Murray, Williamson; Knox, MacGregor (org.). **A Evolução da Arte da Guerra: das guerras medievais aos ataques relâmpagos 1300-2050**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2022.

Lemos, Juvêncio Saldanha. **A Modernização do Exército Brasileiro no Início do Século XX**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2023.

McCann, Frank D. **Nação Armada: ensaios sobre a história do Exército brasileiro**. Recife: Editora Guararapes, 1982.

McCann, Frank D. **Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro 1889-1937**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Motta, Rodrigo Pato Sá. A história política e o conceito de cultura política. **LPH – Revista de História, Mariana**, n. 6, pp. 83-91, 1996. Disponível em: https://lph.ichs.ufop.br/sites/default/files/lph/files/lph_revista_6.pdf?m=1525724451. Acesso em: 26 jan. 2025.

Peregrino, Umberto (1967). **História e Projeção das Instituições Culturais do Exército**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

Revista do Exército Brasileiro. *Anno Primeiro*. Rio de Janeiro: Typ. da Tribuna Militar, 1882.

Revista do Exército Brasileiro. **Anno Segundo**. Rio de Janeiro: Typ. da Revista do Exército Brasileiro, 1883.

Santos, Francisco Ruas. **Coleção Bibliográfica Militar**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.

Sirinelli, Jean-François. ‘Os Intelectuais’. In: Remond, René (org). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

Souza, Wagner Alcides de. **A Bibliotheca do Exército 1881-1889: um caminho pela leitura**. Rio de Janeiro: Letras e Versos, 2022.

Souza, Wagner Alcides de. ‘Clausewitz e suas traduções’. In: **Revista Bellum**, v.1, Rio de Janeiro, 2024, pp. 76-88.

Strachan, Hew. **Sobre a Guerra de Clausewitz**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

Trevisan, Leonardo Nelmi. **Obsessões Patrióticas: origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011.

Vianna, Lobo. **Chronologia da Guerra Européa (a partir de 28 de junho de 1914)**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1915.

Vinhosa, Francisco Luiz Teixeira. **O Brasil e a Primeira Guerra Mundial: a diplomacia brasileira e as grandes potências**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2015.